

Brasil ainda pode receber crédito do FMI

CLÁUDIO LESSA
Correspondente

Washington — O secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, que retornou ontem ao Brasil, disse em Washington ser "razoável esperar que parte importante dos recursos do FMI seja viabilizada para o segundo semestre deste ano, depois que o país percebeu que o total esperado não será alcançado, e que "a chave para isso é o entendimento com o Fundo Monetário".

Amaral não quis revelar quanto o governo Sarney esperava obter, nem quanto é a parcela a ser viabilizada. O diplomata também se esquivou de dizer qual o "volume de reservas que o governo considera adequado para atravessar este período de transição".

Sérgio Amaral disse que o objetivo primordial do governo Sarney, neste momento, é dar continuidade aos esforços de controle da inflação, "que já vêm apresentando alguns resultados positivos, como o ministro Mailson tem enfatizado nos últimos dias. A preservação do nível adequado de reservas, para o Brasil", disse Amaral, está ligado "não apenas ao desejo de manter níveis satisfatórios para atender às necessidades do País", mas também pelo fato de que uma "queda nas reservas, neste momento, pode ser um elemento de instabilidade que venha a afetar os esforços de combate à inflação".

O embaixador Marcílio Marques Moreira, que esteve presente durante a entrevista concedida por Amaral, afirmou que, em suas conversas

com o Fundo Monetário (Amaral não esteve no FMI durante esta viagem restringindo seus contatos ao Banco Mundial), o Brasil procura pleitear a formação de um projeto de stand-by que atenda "às necessidades da transição". Amaral acrescentou que "não busca tratamento excepcional, ou alguma coisa que derogue regras de funcionamento do Fundo Monetário", mas sim o reconhecimento de algumas dificuldades que precisam ser entendidas à luz do ajustamento da economia e da consolidação da democracia no Brasil.

O embaixador disse também que o Fundo ouviu as preocupações do Brasil "com o maior interesse, pois não está disposto a deixar o Brasil no sol e na chuva. Prova disto, continuou o representante brasileiro, "é que já se começou a discutir hipóteses numa base preliminar".

Sérgio Amaral disse que o Brasil espera arrecadar recursos do Banco Mundial, Fundo Monetário (referente aos empréstimos de desembolso rápido, ou empréstimos setoriais, ou de ajustamento, empréstimos que tenham base de políticas), além da expectativa de conseguir a terceira parcela dos bancos privados e de recursos de agências oficiais de empréstimos. "O Eximbank americano é um deles, mas temos também algumas operações especiais, que não se limitam a créditos à exportação, mas que são financiamentos para projetos de investimento no Brasil, sobretudo com o Brasil". Esta, disse Amaral, seria a quarta fonte de recursos de onde o Brasil "espera receber alguns dos financiamentos já negociados".

Sérgio Amaral afirmou que nos seus contatos com os diversos interlocutores do Brasil na área econômica, houve a percepção manifestada "das dificuldades pelas quais o País passa, mas essa percepção não é apenas das nossos interlocutores. Nós mesmos estamos conscientes das dificuldades, e da necessidade de adotarmos medidas para manter o déficit sob controle", e por pouco não reconheceu que o pessimismo e o ceticismo campeiam entre aqueles com quem o Brasil dialoga no momento.

Amaral, ao dizer que o "o entendimento com o Fundo Monetário é a "chave" que vai levar a uma "ponte" de agora até o começo do próximo governo, culpou a nova Constituição pela dificuldade da continuação do cumprimento do acordo celebrado com o FMI em 1988. "Alguns dos pressupostos deste programa foram alterados em boa medida, em medida substancial, em decorrência das novas disposições da Constituição, que afetaram as receitas e afetaram também as despesas".

O secretário para assuntos internacionais da Fazenda disse que "o efeito combinado de despesas e da redução das receitas é da ordem de 3,6 por cento do Produto. Se nós somarmos 2 por cento, que era a meta acordada com o Fundo no ano passado, com os 3,6 por cento, que são o impacto da Constituição, nós atingimos um número que é da ordem de 5,5 por cento do Produto, que é mais ou menos a ordem de grandeza do déficit público, que esperamos para este ano".

ARQUIVO



O embaixador Marcílio Marques disse que o Brasil quer, do FMI, um empréstimo stand-by